



**REVISTA ELETRÔNICA CIENTÍFICA
ENSINO INTERDISCIPLINAR**

Ano 11, Volume 11, número 37, dezembro de 2025

ISSN 2447-0783

DOI: 10.21920/recei7

**Grupo de Pesquisa Contexto e Educação - CNPq/UERN
Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO**

EDITORIAL

É com grande alegria que compartilhamos os artigos aprovados no dossiê **DESCOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Entre as 50 propostas recebidas, 21 foram aprovadas pelo processo de avaliação por pares. Os textos são oriundos de diferentes estados brasileiros e do México. As discussões apresentadas perpassam o processo de materialização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, no contexto brasileiro, repercute nos currículos estaduais e municipais, os quais têm uniformizado o trabalho educativo e obliterado as intencionalidades político-pedagógicas da ação docente na educação básica.

Em síntese, por meio dos textos também são analisadas as políticas educacionais e curriculares e o seu impacto na gestão escolar e no trabalho educativo. Também são contemplados estudos que tratam das manifestações de resistência em comunidades escolares, na ótica de gestores(as), docentes e estudantes, além daqueles que problematizam os principais conceitos presentes nessas políticas educacionais e curriculares.

Para complementar a edição v. 11, n. 37, dez. 2025 e contribuir com o debate, soma-se ao dossiê mais 4 artigos.

O dossiê traz, no primeiro artigo, intitulado **Currículo Referência de Minas Gerais: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica**, Leonardo Docena Pina, Carolina Nozella Gama e Ana Carolina Galvão analisam as concepções de formação humana, educação escolar, avaliação e currículo, de modo a explicitar a orientação pedagógica que fundamenta o documento. Assim, evidenciam a subordinação do Currículo Referência de Minas Gerais aos mesmos fundamentos da contrarreforma representada pela BNCC.

Produzido por Bárbara Cruz da Silva, Kamila Fernanda Oliveira Anzen e Lucas Barbosa Pelissari, o segundo artigo, **Contrarreforma educacional nas ETECs de São Paulo: a visão dos estudantes**, revela que a flexibilização do ensino permite parcerias com empresas privadas, as quais precarizam o trabalho docente e os propósitos da educação, além de promover um processo de fragmentação que prioriza o ensino técnico em detrimento dos conhecimentos científicos.

O terceiro manuscrito, **A Base Nacional Comum Curricular nos limiares da Ilha de Marajó**, de autoria de Francisco Miguel da Silva de Oliveira e Monica Fürkotter, analisa a implementação e a materialização do documento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do Ensino Médio marajoara. Por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas

com gestores e professores, revelou-se que as demandas econômicas, culturais e sociais dos povos das águas e das florestas foram ignoradas, tornando o novo Ensino Médio inexequível, além de intensificar o processo de exclusão escolar.

No artigo **Documento curricular referencial da Bahia: limites e contrapontos à BNCC para o ensino médio**, David Romão Teixeira, José Arlen Beltrão de Matos e Flávio Dantas Albuquerque Melo evidenciam que o DCRB incorpora uma fundamentação pedagógica oposta à perspectiva que orienta a BNCC, embora mantenha todas as competências e habilidades que estruturam o documento nacional. Destarte, o documento apresenta elementos teóricos e políticos capazes de subsidiar um trabalho contra-hegemônico dos(as) professores(as) nos currículos escolares.

O quinto artigo, de autoria de Maria Alessandra Lima Moulin e Edileuza Fernandes-Silva, intitulado **Impactos dos itinerários formativos no Ensino Médio em escolas do Acre - Brasil**, apresenta resultados que evidenciam inconsistências epistemológicas no texto da Base, especialmente no que se refere à Pedagogia das Competências. Além disso, aponta desafios estruturais e operacionais significativos, que incluem a expropriação e a sobrecarga do trabalho docente, bem como as condições materiais insuficientes das escolas para atender às demandas do Novo Ensino Médio.

No sexto artigo, **Notas sobre a BNCC e o Currículo de Sergipe para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental**, Etienne Henrique Brasão Martins, Kátia Rodrigues Montalvão Paias e Marcos Vinicius Francisco identificam uma tentativa de conciliação entre princípios que anunciam a inclusão, a criticidade, a equidade e o respeito à diversidade. Essa conciliação, porém, mostra-se frágil, dada a superficialidade com que temas como gênero, sexualidade e direitos humanos são tratados, o que reforça práticas alinhadas ao projeto neoliberal e à formação de sujeitos adaptáveis.

Maria Aparecida Antero Correia e Elisama Barbosa Barro Gehring, no sétimo manuscrito **O fechamento das escolas rurais, o currículo o neoliberalismo em Rondônia**, analisam o processo de nucleação e fechamento das escolas rurais no estado, com base nas avaliações externas e no Censo Escolar disponibilizados nos relatórios técnicos do Inep. Destacam o impacto das políticas neoliberais na educação rural, evidenciado pela padronização curricular imposta pela BNCC, pela precariedade estrutural, pela ausência de políticas públicas e pela lógica econômica que sustenta o encerramento dessas unidades.

No oitavo artigo **Regulações subjetivas e contradições da política curricular do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul (2017-2024)**, Wesley Fernando de Andrade Hilário e

Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani examinam os itinerários formativos, como foco na disciplina Projeto de Vida. Essa disciplina se configurou como um instrumento de conformação subjetiva, ao reforçar valores neoliberais. Porém, ela foi descontinuada a partir de 2025, em decorrência da reorientação curricular promovida pela reformulação da política em nível nacional.

Reforma do ensino médio e formação de professores no estado do Paraná é o artigo decorrente de pesquisa realizada por Franciele Maria David, Simone Sandri e Isaura Monica Zanardini. Por seu intermédio, as autoras analisam os impactos da redução da carga horária do curso “Formação de docentes para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, em nível médio”. De modo geral, a diminuição da duração do curso provoca o aligeiramento das discussões teóricas e do aprofundamento dos conteúdos, além de a pressão para cumprir o currículo em menos tempo comprometer a solidez da formação docente.

O artigo internacional **Experiencia de codiseño del Plan de Estudios 2022 en una Escuela Normal Pública en México**, de autoria de Kathia María Antonieta Balderas Mireles, apresenta um breve percurso histórico pelos planos de estudo que têm orientado a vida acadêmica das escolas normais desde a primeira instituição criada no país. Em um segundo momento, a autora descreve como se deu a transição do plano de estudos de 2018 para o de 2022. Por fim, tecer reflexões acompanhadas das características do novo plano e analisa como foi vivenciado o processo de codiseño na escola investigada.

No décimo primeiro artigo, **Movimento pela Base e o processo de publicização da política curricular na educação básica**, Andressa Garcia de Macedo, Jani Alves da Silva Moreira e Maria Eunice França Volsi sintetizam resultados que demonstram que a atuação do empresariado na formulação e implementação da política curricular para a educação básica no Brasil, especialmente entre 2013 e 2018, foi mediada por articulações entre o setor público e organizações da sociedade civil, por meio do terceiro setor.

É no décimo segundo texto, **Curriculum e conhecimento: apontamentos e considerações dos professores de Educação Física do município de Eusébio-CE**, que Pedro Henrique Silvestre Nogueira, Cecília Rosa Lacerda e Raphaell Moreira Martins averiguam dados coletados por meio de um questionário eletrônico do tipo *survey*. Embora o debate sobre currículo tenha se intensificado com o advento da BNCC, os(as) professores(as) ainda tendem a associá-lo às categorias da trajetória acadêmica e da organização do conhecimento.

Pedro Neves da Rocha, no décimo terceiro manuscrito, intitulado **O campo de disputa das políticas de formação docente: contraposições à BNC-Formação**, analisa as Resoluções CNE/CP n.^o 2/2019 (BNC-Formação) e n.^o 4/2024 sobre a formação de professores, com ênfase na chamada “crise” dos cursos de licenciatura e na expansão das licenciaturas na modalidade EaD, intensificada no pós-pandemia da Covid-19. A análise revela um embate discursivo: enquanto a Resolução n.^o 4/2024 defende a autonomia docente e uma formação sólida, a BNC-Formação se orienta por uma racionalidade técnico-instrumental.

O artigo **Novo Ensino Médio e currículo de Física: docentes da rede pública paranaense**, elaborado por Luana Gonçalves e Michel Corci Batista, utilizou entrevistas com docentes e egressos(as) vinculados(as) ao Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF) da UTFPR, campus Campo Mourão. O estudo evidenciou desafios como a utilização de aulas superficiais e previamente elaboradas, a exclusão do componente curricular em uma das etapas e a intensificação da plataformação curricular.

No décimo quinto texto, **Obstáculos epistemológicos de bachelard na formação continuada de professores de matemática**, Marinete Luiza de Souza Borges e Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida apresentam uma ação formativa destinada a professores dos 8^º e 9^º anos do Ensino Fundamental, com ênfase no Sistema Estruturado de Ensino e na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP). Os resultados evidenciam que a adoção da ABP como estratégia metodológica favorece o desenvolvimento de habilidades matemáticas, além de possibilitar a contextualização dos conteúdos e a reflexão crítica sobre a prática docente.

No artigo **Impactos da administração municipal na estruturação curricular de porto Alegre/RS**, Jaqueline Gomes Nunes, Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura e Simone Valdete dos Santos buscam compreender o impacto das mudanças na administração municipal de Porto Alegre sobre a estruturação do referencial curricular, a partir das concepções das direções escolares, constantemente submetidas a essa interlocução política. As entrevistas apontam para o enfraquecimento dos espaços de construção democrática, o que incide diretamente na estrutura organizacional das escolas.

O décimo sétimo manuscrito, de autoria de Anike A. Arnaud, **Estado da arte sobre o ProBNCC: desdobramentos e mecanismos da política curricular**, tematiza o modo como o ProBNCC opera mediante dinâmicas de indução e regulação na esfera federal, ao reduzir a autonomia de estados e municípios. Argumenta-se, ainda, que o programa promove a homogeneização curricular ao impor um modelo prescritivo, com pouco espaço para

adaptações locais, além de suscitar questionamentos sobre a natureza democrática e participativa do processo.

Consequências do neoliberalismo na educação pública brasileira: uma análise da rede estadual paulista é fruto de investigação conduzida por Júlia Pereira da Silva e Tito Flávio Bellini Nogueira de Oliveira. A pesquisa parte da análise do neoliberalismo, com destaque para sua relação específica com países dependentes, como o Brasil, para então examinar seus efeitos na educação, especialmente a precarização docente, as mudanças nas diretrizes e bases curriculares e a descaracterização da escola pública.

O ensino religioso na BNCC e no CRMG: análise comparativa da influência dos modelos históricos nos documentos é o décimo nono artigo aprovado para este dossiê. Nele, Mauro Rocha Baptista compara as orientações da BNCC para o Ensino Religioso com sua revisão no CRMG. Os resultados indicam que o documento mineiro retoma uma perspectiva interconfessional, tradicional, afastando-se da proposta não confessional defendida pela BNCC. As alterações do CRMG também reforçam limites impostos por abordagens normativas e pela ênfase em competências e habilidades, resultando em um retrocesso quanto ao principal avanço da BNCC: a defesa de um ensino religioso verdadeiramente laico.

O vigésimo artigo, **Lei nº 14.986/2024: impactos no ensino de ciências e na formação docente**, redigido por Carla Karine Oliveira Martins, Keissy Carla Oliveira Martins e Vera de Mattos Machado, analisa os efeitos da legislação que determina a inclusão de contribuições femininas nos currículos escolares, visando desconstruir estereótipos de gênero e ampliar a representatividade. Embora haja resistências, sua implementação assume um papel potencialmente transformador na construção de um sistema educacional mais equânime, que inspire novas gerações no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Por fim, o artigo **A disciplina Projeto de Vida: uma crítica propositiva para a prática docente**, de Nathan Weiler Nunes e Nestor André Kaercher, apresenta uma reflexão sobre a origem do Projeto de Vida como termo e como disciplina no Brasil, analisa a prática docente por meio de entrevistas com professoras de uma escola estadual do Rio Grande do Sul vinculada ao PIBID e descreve um relato de experiência com proposições pedagógicas. Os autores situam a disciplina no contexto das reformas educacionais neoliberais e discutem a prática docente a partir dos relatos das profissionais que a ministram.

Finalizando o dossiê, a edição segue com o texto **Trajetória histórica das revistas científicas: os periódicos pioneiros na Europa e no Brasil** dos autores Fábio Sidney Sousa Damasceno e Fátima Maria Nobre Lopes, delineando um perfil do surgimento e consolidação

das revistas científicas na Europa e no Brasil. Os autores destacam que, no Brasil, os primeiros periódicos científico enfrentaram desafios como os altos índices de analfabetismo, a ausência de um público razoavelmente escolarizado, além de sérias dificuldades econômicas. Apesar desses obstáculos, essas revistas foram fundamentais para difundir e legitimar a ciência nacional, estimulando a produção intelectual e o debate de ideias.

Helena Perpetua de Aguiar Ferreira e Leonardo José Barreira Danziato em **O fracasso escolar: entre o dito e o maldito**, analisam os sentidos e narrativas atribuídos ao fracasso escolar, identificando seus determinantes estruturais, institucionais e discursivos, com vistas a provocar novos debates frente aos enfrentamentos no cotidiano da escola. Assim, entende-se que o conceito de fracasso escolar demanda uma ressignificação, e acredita-se que a psicanálise pode oferecer contribuições significativas nesse processo de compreensão e intervenção.

No artigo **Alfabetização filosófica e formação de professores do ensino médio em Afonso Bezerra/RN**, Carlineide Justina da Silva Almeida e Walter Omar Kohan dialogam acerca das contribuições que a formação em Alfabetização Filosófica (AF) oferece à formação de professores. A prática formativa em AF possibilitou aos professores uma intensidade de pensamentos, que atravessaram e problematizaram nossa maneira de nos relacionar com a pergunta, as palavras, os outros, a vida, o mundo.

O artigo **Desigualdades territoriais e formação docente: desafios para o ensino crítico de geografia** de Zaqueu Luiz Bobato e Fabio Caian de Jesus, apresenta um estudo exploratório sobre as condições estruturais do ensino crítico de Geografia na educação básica brasileira, com base em dados do Censo Escolar de 2023.

Após a apresentação dos 21 artigos que compõem o dossier e dos demais artigos que fecham a edição, convidamos as leitoras e os leitores a se debruçarem sobre as análises aqui reunidas, na expectativa de que esses estudos fomentem novas reflexões, debates e investigações no campo das políticas educacionais e curriculares. Que as problematizações e contribuições apresentadas possam ampliar e aprofundar os conhecimentos já produzidos, além de inspirar pesquisas futuras e fortalecer o compromisso coletivo com uma educação escolar crítica, democrática e socialmente referenciada.

Mossoró/RN, dezembro de 2025.

Marcos Vinicius Francisco - UEM
Ricardo Eleutério dos Anjos - UFCAT
Rodrigo Lima Nunes - UFMS

Editor-chefe

Jean Mac Cole Tavares Santos - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Editores adjuntos

Paulo Augusto Tamanini - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Verônica Maria de Araújo Pontes - Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFRN)

Emerson Augusto de Medeiros - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Editoras de seção

Maria Kélia da Silva - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFC)

Carla Luciana de Oliveira Marques - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Designer/capa

Yatamuri Rafaelly Cosme da Silva - Programa de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO/UERN)

Conselho editorial

Dra. Alice Casimiro Lopes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Dra. Ana Maria Villela Cavaliere - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Dr. Albino Oliveira Nunes - Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFRN)

Dr. Amurabi Pereira de Oliveira - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dr. Antonio Germano Magalhães Júnior - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dra. Betânia Leite Ramalho - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dr. Carlos Amilcar Fuentes Fuentes - Universidad de San Carlos de Guatemala

Dr. Cláudio de Musacchio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Clarissa Bastos Craveiro - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dra. Érika Vírgilio Rodrigues da Cunha - Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Dr. Francisco das Chagas Souza Silva - Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFRN)

Dr. Francisco das Chagas Loiola Sousa - Universidade Federal Campina Grande (UFCCG)

Dr. Guilherme Paiva de Carvalho Martins - Universidade do Estado do RN (UERN)

Dr. Isauro Beltrán Nuñez - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dr. Ivanaldo Santos - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dr. Jean Mac Cole Tavares Santos - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo - Universidade Federal do Ceará (UFC)
Dr. José Álbio Moreira de Sales - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Dr. José Gerardo Vasconcelos - Universidade Federal do Ceará (UFC)
Dr. Josildo José da Silva Barbosa - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dra. Karlla Christine Araújo Souza - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dra. Lenina Lopes Soares Silva - Instituto Federal Educação Tecnológica (IFRN)
Dra. Lia Machado Fiúza Fialho - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Dra. Lia Matos Brito de Albuquerque - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Dra. Marcia Betania de Oliveira - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dra. Maria Aliete Cavalcante Bormann - Instituto Presidente Kennedy (IFESP)
Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dra. María del Rosario Chacón Ortega - Universidad Pedagógica Experimental Libertador
Dra. Maria Lúcia Pessoa Sampaio - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dra. Maria Vilanir Cosme de Carvalho - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Dra. Márcia Fernandes Rosa Neu - Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Dra. Nora Rut Krawczyk - Universidade de Campinas (UNICAMP)
Dra. Patrícia Cristina Aragão Araújo - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Dra. Rosanne Evangelista Dias - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Dra. Roseane Maria de Amorim - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Dra. Rosemeire Reis da Silva - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Dra. Rita de Cássia Prazeres Frangella - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Dra. Sandra Maria Araújo Dias - Universidade Federal Semi-Árido (UFERSA)
Dra. Sandra Regina Paz da Silva - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Dr. Wojciech Andrej Kulesza - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Dra. Verônica Maria de Araújo Pontes - Universidade do Estado do RN (UERN)
Dr. Vicente de Lima Neto - Universidade Federal Semi-Árido (UFERSA)

Avaliadores ad-hoc

Alexsandro da Silva Marques (UNEB)

Amone Inácia Alves (UFG)

André Luis de Oliveira (UEM)
Anike Araujo Arnaud (UESC)
Antonio Julio Garcia Freire (UERN)
Antonio Marcos da Conceição Uchoa (IF Sertão PE)
Arilene Maria Soares de Medeiros (UERN)
Breno Ferraz de Oliveira (UEM)
Bruno Costa Lima Rossato (Fundação CECIERJ)
Bruno Rodrigo Teixeira (UEL)
Camila Maria Bortot (UENP)
Claudio Zarate Sanavria (IFMS)
Daniel Novaes (USF)
Daniela Ferreira dos Santos (Unoeste)
David Romão Teixeira (UFRB)
Dilva Bertoldi Benvenutti (Unoesc)
Eduardo Augusto Pavani (UEM)
Elena Maria Billig Mello (Unipampa)
Eliana Merlin Deganutti de Barros (UENP)
Eliane Maria de Almeida (UEM)
Eliane Vani Ortega (Unesp)
Elma Júlia Gonçalves de Carvalho (UEM)
Etienne Henrique Brasão Martins (UEM)
Fabiane Freire França (UEM)
Fábio Alexandre Borges (UEM)
Francisco das Chagas Silva Souza (IFRN)
Gesilaine Mucio Ferreira (UEM)
Gislene Barbosa (IFSP)
Italo Ariel Zanelato (UEM)
Isaura Monica Zanardini (Unioeste)
Janaina Rossarolla Bando (URI)
Jani Alves da Silva Moreira (UEM)
Jefferson da Silva Moreira (Unifesp)
João Paulo Balisceci (UEM)
João Paulo Pereira Coelho (UFMS)

Jorge Henrique de Lima Monteiro (UEM)
Juliana Macedo Balthazar Jorge (UEM)
Katia Rodrigues Montalvão Paias (Unoeste)
Leonardo Docena Pina (UFJF)
Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG)
Leonete Dalla Vecchia Mazaro (PMC)
Loriane Trombini (UFPR)
Luan Tarlau Balieiro (UEM)
Márcia Aparecida Pinheiro Janial (Unesp)
Marcello Ferreira (UNB)
Marcos Vinicius Francisco (UEM)
Maria Eunice França Volsi (UEM)
Maria Terezinha Belanda Galuch (UEM)
Mariana Padovan Farah Soares (UEM)
Marli Delmonico de Araujo Futata (UEM)
Monica Fürkotter (Unoeste)
Paula Gonçalves Felício (UEM)
Paulo Rogério de Souza (Unespar)
Rainei Rodrigues Jadejiski (SEDU-ES)
Renata Camacho Bezerra (Unioeste)
Ricardo Eleutério dos Anjos (UFCAT)
Rodrigo Lima Nunes (UFMS)
Rogério de Melo Grillo (UFSC)
Silvia Adriana Rodrigues (UFMS)
Suzana Pinguelo Morgado (UEM)
Thiago de Souza Moura (PUC/RJ)
Vagno Emygdio Machado Dias (IFSP)
Zacarias Marinho (UERN)

Apoio financeiro



Chamada Nº 30/2023 - Programa Editorial